

COMPROMISSO COM O MUNDO

Claudio Boeira Garcia (UNIJUI)

E-mail: garcia@main.unijui.tche.br

Resumo: celebrações de textos e homenagens a seus autores parecem corresponder a disposições distintas. Celebrações requerem, sobretudo, que as obras tenham obtido significativo reconhecimento de seus leitores. Homenagens, às vezes, podem ser dedicadas a escritores pelo fato de serem autores dessas obras; contudo, na maioria dos casos, são dirigidas àqueles escritores que – em decorrência da natureza de sua atividade – afastam-se constantemente do convívio interdiscursivo com seus pares sem que isso os impeça de partilhar intensamente de preocupações humanas comuns do tempo em que lhes foi dado a viver. Para esses, é o gesto da homenagem que parece suspender, por instantes, o apreço por suas escritas, para demonstrar gratidão pelas palavras e ações que empreenderam na preservação do mundo como um espaço habitado e partilhado por muitos. No caso de Arendt, celebrar sua obra empenhada em reconhecer a dignidade que corresponde à vida política parece convergir com o gesto de homenagear alguém que, decididamente, através de seus escritos, opiniões e juízos contribuiu para significar e preservar os *interespaços mundanos nos quais ocorrem e se realizam os assuntos humanos*.

Palavras-chave: compromisso com o mundo, Arendt, honra, política.

INTRODUÇÃO

Inicialmente, quero agradecer aos organizadores e participantes desse colóquio pela oportunidade de partilhar con-

versas sobre os temas que aqui nos reúnem. E, quando se vive em uma época de desconfiança em relação às possibilidades da democracia, é preciso, também, louvar a iniciativa dos que, além de promoverem conversas sobre o assunto, homenageiam autores que comprometeram suas escritas e vidas para dignificar a atividade política.

No caso de Arendt, a quem me coube proferir as palavras de celebração e de homenagem, releva iniciar, rememorando algumas passagens inscritas ao longo de *A condição humana* (1983). Tratam-se de passagens que estabelecem relações entre atividades distintas da condição humana e elementos advindos do convívio humano que, em seus escritos, são designados, entre outros, pelos termos pluralidade, ação, mundo, senso comum, esfera pública, personalidade e discurso. Das várias perspectivas sob as quais descreveu e relacionou tais dados e atividades, retenhamos as que seguem: a realidade do mundo e das pessoas que nele habitam é sempre confirmada pela presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos (ARENDDT, 1983, p. 59-60). “O termo ‘público’ significa o próprio mundo” (ARENDDT, 1983, p. 62), e o atributo que nos permite avaliar sua realidade é o fato dele ser comum a todos.

O espaço da esfera pública passa a existir sempre que os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação; a singularidade desse espaço mundano reside no fato de que ele desaparece quando os humanos se dispersam ou são suspensas suas atividades (ARENDDT, 1983, p. 212). A qualidade reveladora do discurso e da ação, nesse espaço, vem à tona quando as pessoas convivem umas com outras e não “pró” ou “contra” as outras. Embora ninguém saiba o tipo de quem revela ao se expor na ação e na palavra, é necessário que cada um esteja disposto a correr o risco da revelação, o qual requer, para sua plena manifestação, a luz da esfera pública (ARENDDT, 1983, p. 192-193).

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e de diferença. Se não

fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreenderem-se entre si, de fazer planos para o futuro e de prever necessidades das gerações vindouras. Se cada homem não diferisse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, “não precisaria do discurso ou da ação para se fazer e entender” (1983, p. 188). Contra a pluralidade humana e o espaço de aparência da esfera pública, sempre agiram todas aquelas formas de governo que - independente do número dos que a elas se associam - configuram o governo de um só contra todos (ARENDT, 1983, p. 233-234).

O senso comum tem alta posição na hierarquia das qualidades políticas porque ajusta nossos sentidos individuais à realidade do mundo; por isso, em qualquer comunidade, o declínio do senso comum constitui um sinal inconfundível de alienação em relação ao mundo (ARENDT, 1983, p. 221). “O que torna difícil suportar a sociedade de massas não é o número de pessoas que ela abrange, mas o fato de que o mundo perde a força de mantê-las juntas, de distingui-las e de relacioná-las umas às outras” (ARENDT, 1983, p. 62).

O mundo se torna inóspito para as necessidades humanas quando lançado num movimento onde não existe nenhuma espécie de permanência, já que as pessoas que nele habitam e se movem precisam de referências relativamente seguras. Por isso, quando a desconfiança em relação ao mundo se estende, é inevitável que o descrédito se expanda, também, em relação a todos os aspectos do âmbito público.

Essas atividades, elementos e aspectos do mundo destacados por Arendt, e que, de certo modo, oferecem o panorama de suas reflexões sobre a vida política, nos permitem, por um instante, pensar sobre relações entre o tema *responsabilidade com o mundo* e os gestos de celebrar obras e de homenagear autores. Sobre isso, talvez, seja relevante reconhecer que celebrações de obras e homenagens a seus autores parecem corresponder a disposições distintas. Celebrações requerem, entre outros indícios, que as obras tenham obtido significativo reconhecimento

de seus leitores. Homenagens, às vezes, podem ser dedicadas a escritores pelo simples fato de que são os autores dessas obras; contudo, na maioria dos casos, são dirigidas àqueles escritores que – em decorrência da natureza de sua atividade – se afastam constantemente do convívio interdiscursivo com seus pares sem que isso os impeça de partilhar intensamente de preocupações humanas comuns do tempo em que lhes é dado a viver. Para esses, é o gesto da homenagem que parece suspender, por instantes, o apreço por suas escritas, para demonstrar gratidão pelas palavras e ações que empreenderam na preservação do mundo como um espaço habitado e partilhado por muitos.

Em nossas circunstâncias, parece compreensível hesitar sobre a pertinência dessa distinção e sobre a validade desse critério. Isso porque, mesmo nas sociedades democráticas mais ativas de nosso tempo, a efetivação da máxima segundo a qual todos podem e devem participar da vida política, jamais correspondeu ao prestígio que ela adquiriu, sobretudo a partir dos imaginários políticos dos tempos modernos. Contudo, e felizmente, em favor dos critérios estabelecidos no horizonte dos ideários políticos antigos ou recentes, continuam a atuar o bom senso e a sabedoria do mundo, que nos recordam que as homenagens têm especial preferência por aqueles que jamais hesitaram em atender apelos e urgências que, sem cessar, o mundo apresenta aos que estão vivos.

A manifestação dessa sabedoria e desses pacientes juízos mundanos é lembrada, de modo singular, pelas diferentes narrativas cultivadas pelos gregos, que prestavam, por sucessivas gerações, louvores às ações e palavras dos que se destacavam em cuidar e engrandecer o mundo em que viviam. Diferenças à parte, os percursos da sociabilidade humana relatam o imenso valor que todos os povos conferiram aos que se empenharam em cuidar do mundo e, também, àqueles que se dedicaram à atividade de preservar grandes ações e acontecimentos humanos, seja através das recitações memorizadas, ou das escritas concebidas por uns, como formas de um ditado divino; por

outros, simplesmente, como expressão fugaz da necessidade humana de reter, na memória de muitos, aquilo que merecia durar mais do que a vida de uma geração.

Desde os antigos, jamais desapareceu totalmente do espírito humano a preocupação para com o mundo nem a noção de que o sentido da política é a liberdade, cuja realidade depende de um espaço comum que surge não da intimidade de cada um, mas das inter-relações que os humanos estabelecem entre si. O que, nos termos de Arendt, aparece na consideração de que a liberdade do falar e do agir jamais podem ser realizadas no isolamento; que o decisivo nisso não é cada um poder dizer o que quer e ter a liberdade de fazê-lo, mas reconhecer que ninguém pode compreender por si, de maneira adequada, a realidade, pois que ela só se mostra sob as perspectivas e posições em que cada um se encontra no mundo. Conhecer o mundo tal como ele é implica entendê-lo como algo comum a muitos, como algo que está entre os homens; que os separa e os une; que se mostra para cada um de maneira diferente. Que o mundo só se torna compreensível quando muitos, sob diferentes perspectivas, falam e opinam sobre ele, uns com os outros e uns contra os outros (ARENDDT, 1999, p. 60).

O fato é que, em percursos mais recentes da sociabilidade, o prestígio dessas noções e os empenhos efetivamente partilhados na preservação desses espaços mundanos têm revelado que, mesmo nas mais generosas e otimistas expectativas advindas de nossas tradições de pensamento político, as esperanças e as frustrações têm aparecido lado a lado. Trata-se de um fenômeno político de caráter complexo que acompanha transformações, práticas e noções políticas que se estendem desde os tempos modernos. Fenômeno cujas ambigüidades se manifestam, mesmo em gestos aparentemente pouco relevantes, como são os casos das celebrações de obras e de homenagens a autores. Isso porque, por um lado, vive-se em uma época na qual celebrações de obras podem decorrer antes de interesses dispersos de sucessivas levadas de editores e leitores do

que de preocupações com a preservação dos espaços políticos; por outro lado, nesta mesma época, as homenagens parecem procurar aquelas pessoas que, por diferentes razões e modos, se aventuraram a se pronunciar e a agir nesses espaços nos quais é a segurança e a vitalidade do mundo que está em jogo.

E, nessas circunstâncias, sempre parece mais cômodo rememorar obras que homenagear autores, sobretudo se eles estão vivos, visto que a homenagem de hoje pode dar lugar ao repúdio público de amanhã. Isso porque ainda persiste ativa a antiga compreensão de que o louvor, que o mundo oferece aos que dele cuidam, considera não apenas uma fração, mas a totalidade de sua existência mundana. Considera, também, a manifestação de muitos que – a partir de diferentes perspectivas e lugares que ocupam no mundo – prestam honrarias e louvores aos que engrandecem esses intra-espacos que só surgem quando os humanos falam, ajuízam e agem uns com os outros.

Foi, com certeza, no amparo dessas últimas considerações que os organizadores desse colóquio decidiram celebrar obras e homenagear os autores aqui lembrados. No caso de Arendt, dar voz a esses gestos implica destacar a pertinência dos mesmos para alguém que escavou, nas circunstâncias políticas e nos acontecimentos que marcaram sua vida, os sensíveis e urgentes temas que mobilizaram suas virtudes existenciais e especulativas; para alguém que – naqueles tempos sombrios nos quais se encurtam os espaços que garantem a experiência de um mundo habitado por pessoas iguais e diferentes – não cedeu à tentação de procurar refúgio e consolo na imigração para a esfera da intimidade; para uma pessoa que se lançou na aventura de tentar compreender o que acontecera no seu mundo e que, ao fazer isso, através de seus escritos, opiniões e juízos, contribuiu para iluminar aqueles precários, mas decisivos *espacos nos quais ocorrem e se realizam os assuntos humanos*.

E no seu caso, a ampliação da atenção do mundo para suas palavras e opiniões, durante e após as tempestuosas discussões desencadeadas pela publicação de *Origens do Totalitarismo* e

Eichmann em Jerusalém, sinalizou que seu modo preferencial de se relacionar com o mundo seria o de narrar e de ajuizar destemidamente sobre noções, acontecimentos e fenômenos políticos recentes e antigos; de distinguir conhecimento de compreensão e de considerar motivos e conseqüências da desconfiança generalizada a respeito da política a qual se aguçou, sobretudo, com o aparecimento dos regimes totalitários, com a ameaça do uso das armas nucleares do período da guerra fria e com o sucesso do ideário e das práticas políticas centradas em ideologias ou na exacerbação de interesses individuais e utilitários.

Ao descrever as formas de governo tirânicas, ditatoriais e totalitárias pretendeu demonstrar que essas últimas encarnaram noções e experiências políticas radicalmente novas. Ao narrar instaurações e acontecimentos inscritos nos percursos das tradições republicanas e democráticas, procurou considerar outras possibilidades para a vida política, distintas daquelas legadas pelo aparecimento do totalitarismo.

É sob um modo de pensar que, igual uma ventania, manifesta seus efeitos em sua experiência de pensamento, que, também, nos ensaios de *Homens em tempos sombrios*, traça perfis e idéias de homens e de mulheres que se movem abrindo brechas e espargindo as luzes de suas palavras naquelas épocas em que se encurtam os espaços da ação e do debate. Nesses escritos, em especial nos pronunciamentos feitos nas ocasiões em que agradece prêmios que o mundo lhe concede, ou em que é convidada para proferir louvores para outros homenageados, são os gestos mesmos de homenagem e de louvor que oferecem oportunidade para destacar noções e pessoas que foram capazes de preservar algo de humano em épocas nas quais os elementos centrais da vida política foram atingidos.

O leitor que acompanhou suas descrições desses tempos sombrios e também as opiniões que manifestou nos inúmeros debates em que participou, sempre será tentado a relacionar muitas passagens que escreveu sobre Lessing e Jaspers com suas próprias idéias e personalidade. Uma leitura seletiva des-

ses ensaios nos oferece uma rara oportunidade de encontrar, nas suas próprias palavras, termos que parecem convergir, de maneira exemplar, para os gestos de narrar sua obra e de homenagear sua pessoa.

No discurso proferido na ocasião em que recebeu o Prêmio Lessing, observou que as homenagens dão uma convincente lição de modéstia, pois pressupõem que ninguém pode julgar seus próprios méritos da mesma forma que se julga os méritos e realizações de outras pessoas. “Em relação a prêmios, o mundo fala abertamente, e se aceitamos o prêmio e expressamos nossos agradecimentos, só podemos fazê-lo ignorando-nos a nós mesmos e manifestando nossa atitude em relação ao mundo e a um público a que devemos o espaço onde falamos e somos ouvidos” (ARENDDT, 2003, p. 13).

A homenagem lembra a gratidão que devemos ao mundo; ao aceitá-la, fortalecemos nossa posição no mundo, assim como aceitamos uma espécie de compromisso em relação a esse espaço político intermediário, que surge não da intimidade de cada pessoa, mas da relação que elas estabelecem entre si. Desde o declínio do mundo antigo, o âmbito público perdeu o poder iluminador que originalmente fazia parte de sua natureza, e um número cada vez maior de pessoas passou a encarar a liberdade em relação à política e a utilizá-la para se retirar do mundo e de suas obrigações junto a ele.

A história conheceu períodos sombrios em que o âmbito público se obscureceu e o mundo tornou-se tão dúbio que as pessoas deixaram de pedir qualquer coisa à política além de que mostre a devida consideração pelos seus interesses vitais e liberdade pessoal. Muitos dos que viveram e se formaram nesses tempos, provavelmente, sempre se inclinaram a desprezar o mundo e o âmbito público, a ignorá-los, como se fosse possível chegar a entendimentos mútuos com seus companheiros humanos sem consideração pelo mundo que se encontra entre eles (ARENDDT, 2003, p. 19-21).

Se a concordância com o mundo sempre foi condição para o recebimento de homenagens, essa condição não pode

ser atendida facilmente em certas circunstâncias do mundo quando muitos que se aventuram, pela palavra ou pela escrita, dificilmente aspiram receber aprovação pública. Mesmo em público, tendem a se dirigir apenas a seus amigos ou a falar àqueles leitores e ouvintes dispersos e desconhecidos a quem os que falam e escrevem não podem deixar de se sentir unidos por uma obscura fraternidade. Arendt teme que muitos que se empenharam nessas ocasiões sentissem pouquíssima responsabilidade para com o mundo; e muito mais tentassem “preservar um mínimo de humanidade num mundo que se tornara inumano, resistindo o máximo possível, (...) cada um à sua maneira, e uns (...), tentando entender (...) a inumanidade e as monstruosidades intelectuais e políticas de uma época desarticulada” (ARENDDT, 2003, p. 25).

Existiu, durante o período não totalitário do nazismo na Alemanha, o ambíguo fenômeno da *emigração interna*. Ambíguo porque indicava haver na Alemanha pessoas que se comportavam como se não mais pertencessem ao país e, ao mesmo tempo, indicava que elas não haviam realmente emigrado, mas se retirado para um âmbito da vida interior. Essa forma de retirada do mundo não existiu apenas aí, nem cessou com o fim do Terceiro *Reich*, mas era particularmente forte naqueles tempos sombrios nos quais era grande a tentação de ignorar a realidade aparentemente insuportável do mundo e rumar na direção de uma vida interior ou de um mundo imaginário (ARENDDT, 2003, p. 26). O fato é que a “emigração interna”, a fuga do mundo, embora algo a ser evitado, era, em muitos casos, a única possibilidade, e quando se escolhe essa alternativa, releva compreender que a realidade mundana que essa fuga ainda preserva é inerente ao mundo de que se fugiu (ARENDDT, 2003 p. 29). Por isso, é preciso considerar a limitação política dessa imigração do mundo, visto que a força que obriga a esta fuga não constitui o poder que surge, não quando as pessoas se fortalecem como indivíduos, mas somente quando agem em conjunto. Por isso, nenhuma força jamais é capaz de

resistir ou de substituir definitivamente o poder. É fato, também, que nenhuma força para fugir e resistir isoladamente pode se materializar quando a realidade é deixada de lado. Quando alguém – ao se julgar bom e nobre demais para se opor e encarar as condições políticas negativas do mundo numa determinada época – acaba se isolando na própria psique e desertando da realidade, sempre resulta em uma perda do humano (ARENDDT, 2003, p. 29-30).

Os antigos consideravam os amigos indispensáveis à vida humana e, na verdade, uma vida sem amigos não era realmente digna de ser vivida (ARENDDT, 2003, p. 30). Em nossas circunstâncias, é-nos difícil entender a relevância política da amizade. Estamos habituados a ver a amizade apenas como um fenômeno da intimidade, onde os amigos abrem mutuamente seus corações sem serem perturbados pelo mundo e suas exigências. Essa concepção se conforma com a atitude básica do indivíduo moderno que, em sua alienação do mundo, realmente só pode se revelar na privacidade e intimidade dos encontros pessoais. Quando lemos em Aristóteles que a *philia*, a amizade entre os cidadãos, é um dos requisitos fundamentais para o bem-estar da Cidade, tendemos a achar que ele se referia apenas à ausência de facções e guerra civil. Mas, para os gregos, a essência da amizade consistia no discurso. Sustentavam que apenas o intercâmbio constante de conversas unia os cidadãos numa pólis. No discurso, tornavam-se manifestas a importância política da amizade e a qualidade humana própria a ela. Essa conversa, ainda que talvez permeada pelo prazer com a presença do amigo, refere-se ao mundo comum, que se mantém “inumano” a menos que seja constantemente comentado por seres humanos. Pois o mundo não é humano simplesmente por ser feito por seres humanos e nem se torna humano simplesmente porque a voz humana nele ressoa, mas apenas quando se torna objeto de discurso. Por mais afetados que sejamos pelas coisas do mundo, por mais profundamente que possam nos instigar, só se tornam humanas para nós quando podemos discuti-las

com nossos companheiros. “Humanizamos o que ocorre no mundo e em nós mesmos apenas ao falar disso, e no curso da fala aprendemos a ser humanos” (ARENDT, 2003, p. 31). Os gregos chamavam essa qualidade humana que se realiza no discurso da amizade de *philantropia*, pois se manifesta na decisão em partilhar o mundo com outros. Seu oposto, a misantropia, significa simplesmente que o misantropo não encontra nem considera ninguém digno de com ele se regozijar e partilhar o mundo (ARENDT, 2003, p. 31).

Lessing, que também viveu em tempos sombrios e, bem mais tarde, recebeu homenagens que lhe foram negadas em sua vida, manteve, em relação ao âmbito público de sua época, uma atitude radicalmente crítica. Mas era também uma atitude que permanecia em dívida para com o mundo, sem nunca abandonar seu sólido terreno (ARENDT, 2003, p. 14-15). Sua crítica sempre tomou partido em prol da segurança do mundo, entendendo e julgando tudo em termos de sua posição num determinado momento. Tal mentalidade – que se agarra solidamente a uma perspectiva possível – nunca pode dar origem a uma visão definitiva que, uma vez assumida, seja imune a experiências posteriores no mundo. Para ele, o pensamento independente não brota do indivíduo nem é a manifestação de um eu. Antes, o indivíduo – que ele diria criado para a ação, não para o raciocínio – escolhe tal pensamento porque descobre no pensar um outro modo de se mover em liberdade no mundo. É na ação que os homens primeiramente experimentam a liberdade; e quando são privados do espaço público – que é constituído pela ação conjunta é que podem recolher-se para a sua liberdade de pensamento. Esse recolhimento lembra o estoicismo que representa não tanto uma retirada da ação para o pensamento, mas uma fuga do mundo para o eu, suposto capaz de se manter em soberana independência em relação ao mundo exterior. Não é esse o caso de Lessing, que se recolheu no pensamento, mas de forma alguma em seu próprio eu porque nunca acreditou que a liberdade de pensamento pudesse

ser um substituto para a liberdade inerente à ação (ARENDT, 2003, p. 17-18). Ele sabia que vivia no que então era o “país mais despótico da Europa” e que, embora lhe fosse permitido “oferecer ao público tantas tolices contra a religião” quanto quisesse, que lhe era impossível levantar “a voz pelos direitos de vassalos contra a extorsão e o despotismo”, em outras palavras, era impossível agir.

Seu pensar não era uma busca da verdade, visto que o estabelecimento de qualquer verdade definitiva põe um fim ao movimento do pensar. Seu pensamento não é o diálogo silencioso entre mim e mim mesmo, mas um diálogo antecipado com outros, e é esta a razão de ser essencialmente polêmico. E mesmo que tivesse conseguido realizar seu discurso com outros pensadores independentes e assim escapar a uma solidão que, para ele em particular, paralisava todas as faculdades, dificilmente se persuadiria de que isso resolvia tudo. O que nenhum diálogo nem pensamento independente jamais poderia resolver, era o mundo, ou o espaço que surge entre as pessoas e no qual tudo o que os indivíduos trazem consigo pode se tornar visível e audível (ARENDT, 2003, p. 18-19).

Ele manifestava contentamento pelo número infinito de opiniões que surge quando os homens discutem os assuntos deste mundo e julgava que a sociedade humana incorria em “muito dano por parte daqueles que desejam sujeitar todos os modos de pensar dos homens ao jugo do seu próprio”. Para ele, a verdade, se existisse, poderia ser sacrificada sem hesitações à humanidade e à possibilidade de amizade e discurso entre os homens. Ele se regozijava com que a verdade, tão logo enunciada, se transformasse em uma opinião entre muitas outras; que pudesse ser contestada, reformulada e reduzida a um tema de discurso com os outros. Sua grandeza não advém apenas da compreensão de que não pode existir uma verdade única no mundo humano, mas, sobretudo, de sua alegria de que realmente não exista e que, por conseguinte, enquanto os homens existirem, o discurso interminável entre eles jamais cessará (ARENDT, 2003, p. 32-33).

Sua atitude polêmica e parcialidade sempre atenta nada têm a ver com a subjetividade, no sentido em que não se estabelece em termos do eu, mas da relação das posições e opiniões dos homens para com seu mundo. Nenhuma avaliação da natureza do islamismo, do judaísmo ou do cristianismo lhe impediria de travar um discurso de amizade com um muçulmano, um judeu ou um cristão; contudo, qualquer doutrina que barrasse a possibilidade de amizade entre dois seres humanos seria rejeitada por sua consciência livre e certa. Teria imediatamente tomado o lado humano. Esta era sua humanidade (ARENDDT, 2003, p. 35).

Lessing também viveu em “tempos sombrios” nos quais os homens sentem a necessidade de se aproximarem, de buscar, no calor da intimidade, o substituto para a luz que só pode ser oferecida pelo âmbito público; tempos em que se evitam disputas e tentam-se aproximações entre os que não entram em conflito. No caso de Lessing, pouco espaço havia para aproximações em um mundo confinado e porque sua atitude polêmica não poderia suportar a excessiva proximidade de uma fraternidade que anulava todas as diferenças; nunca quis brigar com alguém com quem estivesse discutindo os assuntos do mundo; “queria ser o amigo de muitos, mas não o irmão de nenhum homem” (ARENDDT, 2003, p. 35).

Sob as condições que então predominavam nas terras de língua alemã, dificilmente Lessing teria conseguido atingir essa amizade no mundo com as pessoas, já que a simpatia por ele, cuja grandeza residia em sua personalidade, teria de brotar da política no sentido mais profundo da palavra. Como ele era uma pessoa totalmente política, insistia que a verdade só pode existir onde é humanizada pelo discurso, onde cada homem pode dizer o que “acha que é verdade”. Atividade praticamente impossível na solidão, visto que pertence a um espaço onde existem muitas vozes e onde a enunciação daquilo que cada um “acha que é verdade” tanto une como separa os homens. Toda verdade fora dessa esfera, não importa se para o bem

ou mal dos homens, é inumana no sentido literal da palavra; não porque possa levantar os homens uns contra os outros e separá-los, mas porque teria o efeito de unir todos os homens numa única opinião, de modo que de muitas opiniões surgiria uma única, como se habitasse a Terra não homens em sua infinita pluralidade, mas o homem no singular. Se isso ocorresse, o mundo, que se forma nos espaços intermediários entre os homens em toda a sua diversidade, desapareceria totalmente. Por isso, a frase de Lessing “que cada um diga o que acha que é verdade, e que a própria verdade seja confiada a Deus!” parece resumir toda a sabedoria de suas palavras e obras a respeito da relação entre a verdade e a humanidade.

Arendt inicia o Discurso, pronunciado por ocasião da entrega do Prêmio da Paz da Classe Livreira Alemã a Karl Jaspers, lembrando a frase do Presidente da Alemanha de que o prêmio conferido não era dedicado apenas ao autor de uma excelente obra literária, mas também porque seu autor se destacara em vida. À medida que é conferida a uma obra e a uma pessoa, a entrega do prêmio deve vir acompanhada de um louvor dirigido antes ao homem que a sua obra, ou, nos termos de Cícero, “nos louvores (...) a única consideração é a grandeza e a dignidade dos indivíduos concernentes”. “Um louvor se refere à dignidade que pertence a um homem, na medida em que ele é mais do que tudo o que faz ou cria. O reconhecimento e a celebração dessa dignidade não são assunto de especialistas e colegas de profissão; é o público que deve julgar uma vida que se expôs à vista pública e se demonstrou no âmbito público” (ARENDDT, 2003, p. 67).

A *laudatio*, à medida que tenta expressar o que muitos isoladamente já sabem, não é supérflua, já que o próprio fato de que algo é ouvido por todos confere a ele um poder iluminador que confirma sua existência real. Com nossos preconceitos modernos, pensamos que apenas a obra, separada da pessoa, pertence ao público; que a vida e a pessoa por trás dela são assuntos privados, e os sentimentos relativos a isso deixam de

ser genuínos e tornam-se sentimentais tão logo expostos publicamente. A decisão da *laudatio* na entrega do prêmio a Jaspers está voltada ao sentido antigo de âmbito público, segundo o qual é precisamente a pessoa em toda sua subjetividade que precisa aparecer em público para atingir uma realidade plena. Aceito esse sentido, não se pode igualar a pessoa ao subjetivo e o objetivo ao impessoal, compreensão que não se aplica a pessoas que agem e falam e para as quais “a personalidade é tudo menos um assunto privado” (ARENDDT, 2003, p. 67-68). A personalidade talvez se assemelhe ao *daimon* grego – o espírito guardião que acompanha cada homem ao longo de toda sua vida, sempre olhando por sobre o ombro, resultando que ele é mais facilmente reconhecido pelos que o encontram do que por ele mesmo.

Esse elemento pessoal e espiritual, que os romanos chamavam de *humanitas*, só se manifesta onde existe um espaço público, o qual se estende além do que entendemos comumente por vida política. É o que Kant e Jaspers entendem por *Humanität*, a personalidade válida que, uma vez adquirida, nunca abandona um homem(...). A *humanitas* não é adquirida em solidão e nem com a oferta de uma obra ao público, mas por alguém que lançou sua vida e sua pessoa na “aventura do âmbito público” – e nesse curso, “arrisca-se a revelar algo que não é ‘subjetivo’ e, por essa razão, não pode reconhecer nem controlar” (ARENDDT, 2003, p. 68-69). Ele nunca partilhou do preconceito das pessoas cultas de que a luz pública torna todas as coisas apáticas e sem profundidade, que apenas a mediocridade mostra-se bem sob ela. Ele compartilhou a opinião de Kant, segundo o qual, o critério para determinar a autenticidade de uma dificuldade de um ensaio filosófico é sua possibilidade de popularização. Ele é, a esse respeito, o único sucessor de Kant e mais de uma vez abandonou a esfera acadêmica e sua linguagem conceitual para se dirigir ao público leitor em geral e, em várias de suas obras, antes e depois da queda do Terceiro *Reich*, interveio diretamente em questões políticas por saber, como o

ou mal dos homens, é inumana no sentido literal da palavra; não porque possa levantar os homens uns contra os outros e separá-los, mas porque teria o efeito de unir todos os homens numa única opinião, de modo que de muitas opiniões surgiria uma única, como se habitasse a Terra não homens em sua infinita pluralidade, mas o homem no singular. Se isso ocorresse, o mundo, que se forma nos espaços intermediários entre os homens em toda a sua diversidade, desapareceria totalmente. Por isso, a frase de Lessing “que cada um diga o que acha que é verdade, e que a própria verdade seja confiada a Deus!” parece resumir toda a sabedoria de suas palavras e obras a respeito da relação entre a verdade e a humanidade.

Arendt inicia o Discurso, pronunciado por ocasião da entrega do Prêmio da Paz da Classe Livreira Alemã a Karl Jaspers, lembrando a frase do Presidente da Alemanha de que o prêmio conferido não era dedicado apenas ao autor de uma excelente obra literária, mas também porque seu autor se destacara em vida. À medida que é conferida a uma obra e a uma pessoa, a entrega do prêmio deve vir acompanhada de um louvor dirigido antes ao homem que a sua obra, ou, nos termos de Cícero, “nos louvores (...) a única consideração é a grandeza e a dignidade dos indivíduos concernentes”. “Um louvor se refere à dignidade que pertence a um homem, na medida em que ele é mais do que tudo o que faz ou cria. O reconhecimento e a celebração dessa dignidade não são assunto de especialistas e colegas de profissão; é o público que deve julgar uma vida que se expôs à vista pública e se demonstrou no âmbito público” (ARENDDT, 2003, p. 67).

A *laudatio*, à medida que tenta expressar o que muitos isoladamente já sabem, não é supérflua, já que o próprio fato de que algo é ouvido por todos confere a ele um poder iluminador que confirma sua existência real. Com nossos preconceitos modernos, pensamos que apenas a obra, separada da pessoa, pertence ao público; que a vida e a pessoa por trás dela são assuntos privados, e os sentimentos relativos a isso deixam de

numa justaposição temporal, de modo que proximidade e distância não mais dependem dos séculos que o separam de um filósofo, mas de um ponto livremente escolhido a partir do qual se entra nesse âmbito do espírito, que durará e se expandirá enquanto houver homens na Terra” (ARENDT, 2003, p. 73-74). Esse âmbito no qual se sente em casa não reside no além e tampouco é utópico; não é do ontem nem do amanhã; é do presente e deste mundo. É algo que se estende a todos os países do mundo e a todos os seus passados. Um âmbito mundano que, embora invisível, possibilita aos que nele se introduzem reconhecerem-se mutuamente (ARENDT, 2003, p. 74).

No texto “Karl Jaspers: Cidadão do mundo?”, Arendt enfatizou que a reflexão filosófica de Jaspers se exerceu com “um intento voltado para a cidadania mundial”. Se a solidariedade entre a humanidade deve-se basear em algo mais que o medo, justificado nas capacidades destrutivas do homem e no aumento do ódio mútuo de todos contra todos, então é preciso que ocorra um amplo processo de compreensão mútua e de progressivo auto-esclarecimento. O pré-requisito para um governo mundial é a renúncia à soberania em favor de uma estrutura política confederada em nível mundial. O pré-requisito para essa compreensão mútua é a renúncia não à tradição e ao passado nacional de cada um, mas à autoridade constritora que sempre foi anunciada pela tradição e pelo passado. Ao romper não com a tradição, mas com a autoridade da tradição, Jaspers se embateu filosoficamente contra o caráter absoluto de qualquer doutrina e apostou em uma relatividade universal, onde cada conteúdo filosófico específico torna-se uma possibilidade do filosofar individual. Com ele, abre-se a couraça da autoridade tradicional, e os grandes conteúdos do passado são postos em comunicação entre si. Nessa comunicação universal, reunida pela experiência existencial do filósofo no presente, todos os conteúdos metafísicos dogmáticos se dissolvem e o que quer que ele pense deve-se manter em comunicação constante com tudo o que já foi pensado. Nele, a verdade, que nunca pode ser

apreendida com conteúdo dogmático, surge como substância “existencial” clarificada e articulada pela razão, comunicando-se e apelando ao existir racional do outro disposto e capaz de compreender (ARENDT, 2003, p. 77-78).

Suas considerações em favor de uma fundamentação filosófica da unidade da humanidade estão acompanhadas pela aposta na possibilidade de uma “comunicação ilimitada”, a qual significa que a compreensibilidade de todas as verdades e a boa vontade em revelar e ouvir são condições essenciais de todo intercuro humano. A comunicação não é secundária em relação ao pensamento, uma vez que ele não pode ser concebido fora da comunicação. Ao conceber a verdade e a comunicação como uma mesma coisa, o pensar torna-se uma espécie de prática entre homens e não um desempenho de um indivíduo em sua solidão auto-escolhida. Com ele, “a filosofia perde sua humildade perante a teologia e, também, sua arrogância em relação à vida comum do homem” (ARENDT, 2003, p. 78-79).

Esta atitude tem uma relevância especial no interior da tradição filosófica alemã, já que Kant, considera Arendt, parece ter sido o último grande filósofo que ainda se sentia inteiramente confiante em ser capaz de desfazer mal-entendidos. O isolamento crescente dos filósofos num mundo que não se interessa por filosofia, pois que inteiramente fascinado pela ciência, resultou na ambigüidade e obscuridade freqüentemente denunciadas que constituem a marca característica de qualquer pensamento não comunicativo. Ao nível da opinião comum, significa que a clareza e a grandeza são tidas como opostas. Os numerosos pronunciamentos de Jaspers após a guerra, seus artigos, palestras, programas de rádio, expressavam uma disposição deliberada de um filosofar que pode apelar à razão e ao interesse “existencial” de todos os homens. Filosoficamente, isso só foi possível por que concebia que a verdade e a comunicação são possibilidades afins (ARENDT, 2003, p. 79).

Para Arendt, “na medida em que se conceba a verdade como algo (...) que por si mesmo é não comunicativo (...) é

quase impossível de não crer que esse processo destrutivo será total e inevitavelmente acionado pelo puro automatismo da tecnologia que tornou o mundo uno e, num certo sentido, unificou a humanidade”. O fato é que se os passados históricos das nações, em sua diversidade e estranheza entre si, fossem apenas obstáculos no caminho para a unidade da humanidade, ela não conseguiria sobreviver sequer tecnicamente. “Tudo parece, então, depender da possibilidade de se pôr em comunicação mútua os passados nacionais com sua singularidade original, como única forma de alcançar o sistema global de comunicação que cubra a superfície da Terra” (ARENDR, 2003, p. 80).

Arendt entende que a emergência da humanidade a partir da existência de muitas nações assumiu um aspecto radicalmente diferente daquele que os humanistas e os filósofos vislumbraram. De qualquer modo, através da tecnologia, ocorreu uma espécie de unificação do mundo, e a Europa acabou exportando, para todo o planeta, não apenas os efeitos do desenvolvimento tecnológico, mas, também, os processos culturais e políticos advindos junto ao declínio das tradicionais crenças metafísicas e religiosas (ARENDR, 2003, p. 75-76).

Disso, entre outros elementos, resultou que, pela primeira vez na história, nenhum acontecimento, de alguma importância local, pode-se manter isolado do mundo. Entretanto, essa condição presente não se baseia num passado comum nem garante um futuro comum. O assustador é que a tecnologia, que proporcionou esta peculiar aproximação do mundo, também pode destruí-lo. Sob essa perspectiva, a solidariedade da humanidade é totalmente negativa; ela funda-se num interesse comum, num acordo que proíba o uso de armas atômicas e, talvez, também, num desejo comum de um mundo menos unificado. Contudo, essa solidariedade pode ser significativa num sentido positivo se vier acompanhada pela responsabilidade política, pelos assuntos públicos ao alcance de cada cidadão que, supostamente, é responsável pelo que os governos

decidem em cada país, sobretudo quando se trata de decisões unilaterais que podem desencadear conseqüências mundiais incontrolláveis. Em nossas circunstâncias, a noção de responsabilidade e de solidariedade entre a humanidade pode-se converter numa carga insuportável, e não surpreende que as reações habituais a isso sejam a apatia política, o nacionalismo ou a rebelião desesperada contra todos os poderes, e não o de um otimismo que parece temerário à luz de realidades as quais nos trouxeram a um presente global sem um passado comum (ARENDT, 2003, p. 77).

Para concluir: no prefácio de *Homens em tempos sombrios*, Arendt escreveu que, mesmo nos tempos mais sombrios, podemos esperar alguma iluminação, que pode provir menos das teorias e conceitos e mais da luz bruxuleante que as vidas e obras de alguns homens e mulheres fazem brilhar nos tempos em que vivem no mundo. Encerra o texto observando que olhos acostumados às sombras têm dificuldades para reconhecer se a luz dessas pessoas é a de uma vela ou a de um sol resplandecente e que a avaliação disso poderia ser legada à posteridade (ARENDT, 2003, p. 9). Podemos encerrar essas considerações dizendo que não podemos prever se as luzes das obras que ofereceu ao mundo se estenderão nos tempos que virão, mas podemos reconhecer que nelas latejam questões e urgências políticas que nos demandam em nossas próprias circunstâncias; que, sobre isso, a luz delas espargida não tem sido a de uma vela incerta e bruxuleante.

Abstract: Writings celebrations and honors to authors seem to correspond to distinct dispositions. Celebrations require, above all, that the writings had obtained significant recognition from readers. Honor, sometimes, can be dedicated to writers because they are authors nevertheless, most of the times, honors are towards those writers that – because of the nature of their activity – constantly go apart from the discursive interrelationship with their peers therefore this solitude does not prevent them of an intense

sharing of the human common preoccupations of their own epoch. For those ones it is the honoring gesture that seems to suspend, for instants, the care for their writing, to show gratitude for what these writers have done to enlarge and magnify the relations with those ones that they have lived with and to thank for their actions and words that have been said to preserve the world as a shared and inhabited space by many people. Considering Arendt, celebrating her writings which are dedicated to recognize the dignity that correspond to the politic life seem to converge to the gesture of honor that person who, for sure, through their writings, opinions, and judgments contributed to signify and preserve the mundane interspaces in which the human issues happen and are achieved.

Key-words: world commitment, Arendt, honor, politics.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

_____. **O que é política?**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.